



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201940600610	Distribuição: 24/04/2019
Número Único: 0020989-90.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: ANDERSON SOUZA MENEZES
Endereço: Rua Bolívia
Complemento: CONDOMINIO VIVENDAS ALTAMIRA, BLOCO 01, AP. 04
Bairro: Cidade Nova
Cidade: Aracaju - Estado: SE - CEP: 49070083
Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600610

DATA:

24/04/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940600610, referente ao protocolo nº 20190423184105755, do dia 23/04/2019, às 18h41min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA VARA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO DE ARACAJU/SE.**

ANDERSON SOUZA MENEZES, brasileiro, solteiro, mecânico, portador do RG nº 3.420.561-6 SSP/SE, CPF nº 062.629.955-10, residente e domiciliado na Rua Bolívia, nº 371, Condomínio Vivendas Altamira, BL 01, apto 04, Bairro Cidade Nova, CEP nº 49.070-083, Aracaju/SE, vem, através de seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Rua Urquiza Leal, nº 88, Bairro Salgado Filho, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE
DANO MORAL**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
(ARTIGO 319, INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

I - DOS FATOS

02. O Requerente transitava com sua motocicleta Honda CG 150 FAN ESDI, placa QKP-3106/SE, pela Avenida Gentil Tavares, sentido Av. Desembargador, faixa da esquerda, quando um outro veículo (carro), que vinha da Rua Estância no sentido Leste/Oeste, invadiu a preferencial com isso o Requerente colidiu de frente na lateral dianteira do carro,. Com o impacto, o Requerente caiu na pista, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Urgência de Sergipe - HUSE, relato obtido pelo B.O aqui colacionado.

03. Em virtude do acidente sofrido, o Requerente deu entrada no HUSE, conforme prontuário médico em anexo. Como vemos no relatório médico assinado pelo Dr. Renato Teixeira, CRM 1450, datado de 30/10/2018, o médico ortopedista confirmou que em virtude do acidente de trânsito sofrido, o Requerente teve perda funcional no membro superior esquerdo.

04. Apesar do Requerente ter juntado toda a documentação comprovando a perda funcional em seu membro superior esquerdo, a Requerida negou o seu pedido de indenização, conforme se vê no documento aqui colacionado.

05. Em virtude da negativa de seu pedido de indenização, não restou ao autor outro meio que não fosse valer-se do Judiciário para resguardar os seus direitos.

II - DO DIREITO

06. O seguro DPVAT - danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, estabelece no art. 3º, alínea II, quais são os danos cobertos por ele, que vão de morte a invalidez permanente e/ou parcial, ao reembolso com despesas médicas.

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

(Grifos nossos)

07. Já o artigo 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcrito), estabelece as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito.

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

(grifos nosso)

08. Como podemos visualizar, o Requerente está coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino. Ciente disso, o autor seguiu todos os procedimentos necessários para obter a indenização, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos. Porém, a Requerida negou o pedido de pagamento da indenização a que faria *jus* o Requerente.

09. Em virtude da negativa ao seu pedido de pagamento do seguro pela Requerida, através da esfera administrativa, vem o Requerente, perante Vossa Excelência, requerer a condenação da mesma no pagamento de indenização estabelecida no art. 3º, alínea II da Lei 6.194/74, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), seguindo os parâmetros

determinados na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado, sendo que a lesão do requerente foi classificada como perda funcional de membro superior esquerdo, Vejamos abaixo a tabela:

ANEXO
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais,	
pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros,	

cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

III - DA MULTA PELO NÃO PAGAMENTO DO SEGURO SEGUNDO A RESOLUÇÃO CNSP Nº 14/95

10. A resolução CNPS nº 14/95 elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, criaram algumas penalidade para as seguradoras que não cumprissem as normas que regulam o contrato de seguro. Tal resolução traz a seguinte redação em seu artigo 10, II:

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Grifamos

11. Como vemos, a resolução prevê o pagamento de multa quando a seguradora não fizer o pagamento da indenização em 15 dias após a apresentação da documentação legal. Esse prazo foi alargado para 30 dias pela Lei nº 11.482, de 2007, que alterou a redação do artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)”

12. O Requerente, quando fez o pedido de forma administrativa, juntou toda a documentação exigida em lei, mesmo assim, teve o seu pedido de indenização negado. Diante disso, precisou procurar o Poder Judiciário.

13. Ressalte-se que os documentos juntados aos autos são os mesmos juntados pelo Autor quando procurou a esfera administrativa, sendo estes suficientes para comprovar o acidente de trânsito sofrido e as sequelas deixadas por ele. No entanto, o seu pedido de indenização foi negado, mesmo bastando apenas comprovar o acidente e as sequelas deixadas por ele para ter direito a receber a indenização, como determina o artigo 5º da Lei 6.194/74.

IV - DO DANO MORAL

14. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, teve negado o acesso à indenização do seguro DPVAT, devido em virtude do acidente de trânsito sofrido. Embora o benefício esteja disciplinado em lei própria e o Requerente tenha preenchido os requisitos para ter acesso à indenização, a Requerida negou o seu pedido de pagamento de indenização.

15. Tal ato praticado pela Requerida prejudicou muito o Requerente, que ficou sem acesso a uma renda que o ajudaria no custeio de seu tratamento médico. Nessa linha, o Código Civil, nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, é bem claro acerca da responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem. Vejamos:

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

16. O Requerente, em virtude da negativa de seu pedido de indenização, ficou muito frustrado. Além de ter sido vítima do acidente, sofreu e ainda sofre com as sequelas deixadas pelo sinistro que o limitou permanentemente, mas ainda assim, teve o seu pedido de indenização negado, mesmo juntando todas as provas necessárias para o seu provimento. Essa negativa deixou o Requerente abalado, com a sensação que as leis no país não são cumpridas, e se sentindo abandonado, sentimento que repercutiu em seu íntimo.

17. Além do que, a indenização ajudaria muito ao Requerente e a sua família, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que o mesmo é pessoa de baixa renda inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos. Tal indenização serve apenas para o custeio

do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, (já citado acima) determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias após a apresentação da documentação legal. Esse prazo foi alargado para 30 dias pela Lei nº 11.482, de 2007, que alterou a redação do artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mas não tirou o caráter de urgência do pagamento da indenização, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação.

18. Vale ressaltar que, ao não possibilitar que o Autor tivesse acesso ao valor devido da indenização, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que este pudesse usar o dinheiro da indenização no seu tratamento médico, inclusive, é esse o entendimento mais recente nos nossos tribunais para deferir o dano moral como vemos no julgado abaixo transcrito:

“EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO DPVAT – DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO – IRRESIGNAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO – MÉRITO – AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO – EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO – CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA – CONSTRANGIMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE – OCORRÊNCIA DE DANO MORAL – MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL – MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.”
ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: *Apelação Cível*.
PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO.

Grifamos

19. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

20. Frise-se que, valor menor não irá reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com porte econômico da Requerida e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

V - DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil;

c) Que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente a indenização devida, em virtude das sequelas oriundas do acidente de trânsito narrado acima, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), respeitando os valores fixados e estabelecidos na tabela anexada ao art. 3º da Lei no 6.194/74 e, na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação do Autor não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual correspondente

ao dano causado em seu membro lesionado aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros legais, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e art. 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Caso seja reconhecido o direito do Requerente de receber a indenização pelo acidente de trânsito sofrido, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente a multa prevista na resolução CNPS nº 14/95, artigo 10, II, em virtude da indenização não ter sido paga em 15 dias, ou 30 dias seguindo o prazo estipulado na Lei nº 11.482, de 2007, que alterou a redação do artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais);

e) Que seja julgada procedente a demanda para condenar a Requerida no pagamento ao Requerente da indenização por danos morais a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ);

f) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC;

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensado sua realização desde já.

O valor da causa é R\$25.450,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta reais).

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Aracaju, 22 de abril de 2019.

ELTON SOARES DIAS
OAB/SE 10.289

PROCURAÇÃO

Outorgante: ANDERSON SOUZA MENEZES, RG 34205616 SSP/SE, CPF 062.629.955-10, solteiro, mecânico, residente e domiciliado na Rua Bolívia, nº371, Condomínio Vivendas Altamira, BL 01, APT 04, Bairro Cidade Nova, ARACAJU/SE, CEP:49070-083.

Outorgado(a): ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº889, bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE.

Poderes: por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR AÇÃO CÍVEL** em face

Saqueadora Líder,
podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju, 18/ novembro 2018

Anderson Souza Menezes
ANDERSON SOUZA MENEZES

REGISTRO GERAL 3.420.561-6 2. VIDA DATA DE EXPEDIÇÃO 27/12/2012

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NOME ANDERSON SOUZA MENEZES

FILIAÇÃO ANSELMO ANDRADE MENEZES
MARIA JOSE SOUZA MENEZES

NATURALIDADE ARACATU-SE

DOC ORIGEM 06/06/1995

DATA DE NASCIMENTO

CT. NASCIM. NR 37008 LV A22 PL 252V

CPF CART 240F DIST COM ARACATU/SE

0662.629.955-10

Assinatura do titular

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA

DEPARTAMENTO DE IDENTIDADE

ANDERSON SOUZA MENEZES

ANDERSON SOUZA MENEZES

ANDERSON SOUZA MENEZES

SHISLEY
CORRETORA

09 OUT. 2010

DPVAT/SE

TIM Celular S.A.
Av. Min. Geraldo B. Sobral, 215 - LJ51/53
Jardins - Aracaju - SE
CNPJ: 04.206.050/0076-06 - I.E.: 27.109.393-5
CNPJ da Matriz: 04.206.050/0001-80

TIM

Página 1 de 2

R\$ 6,74

VENCIMENTO

20/09/2018

EMIÇÃO: 02/09/2018

POSTAGEM: 10/09/2018

FATURA: 3506250348

CLIENTE: 1.60911160

CPF/CNPJ: 02770370502

ACESSO: 79 99115-5317

DÉBITO AUTOMÁTICO: 00000000160911160019

MARIA JOSE SOUZA MENEZES

BOLIVIA, 371 BL 1 APT 04, CONDOMÍNIO VIVENDAS DO ALTAMIRA

CIDADE NOVA

49070-083 - ARACAJU - SE

IMPORTANTE PARA MARIA

RESUMO DA SUA CONTA DE 01/AGO A 31/AGO

SERVIÇOS	VALOR
<input checked="" type="checkbox"/> TIM Controle B Plus	R\$ 59,99
<input checked="" type="checkbox"/> SERVIÇOS EVENTUAIS	R\$ -53,97
<input checked="" type="checkbox"/> OUTROS CRÉDITOS E DÉBITOS	R\$ 0,72

VEJA ABAIXO O RESUMO DA SUA CONTA

MENSALIDADES

Vantagens que seu plano oferece

TIM Controle B Plus: 79991155317 (088/PÓS/SMP)

TIM Banca Virtual

TIM Music

FRANQUIA	CONSUMO	QUANTIDADE	Nº DIAS	PERÍODO	VALOR
-	-	1	-	-	59,99
-	-	1	-	-	Incluído
-	-	1	-	-	Incluído
Total de Mensalidades					59,99

SERVIÇOS EVENTUAIS

Todas as cobranças de serviços contratados neste ciclo

Desconto Promo Controle

FRANQUIA	CONSUMO	QUANTIDADE	Nº DIAS	PERÍODO	VALOR
-	-	1/2	-	-	-10,00

MAIS DETALHES DA SUA CONTA

CONTA DIGITAL TIM

Você pode ver sua conta detalhada sempre que desejar, com toda a comodidade e segurança, no App Meu TIM. Para acessá-la, visite www.appmeutim.com.br do seu celular TIM. Central de Atendimento: 1056

Mude para Conta Digital! Você receberá sua fatura por e-mail, SMS e ainda poderá visualizá-la, a qualquer momento, pelo App ou Site Meu TIM. Acesse o App ou visite meutim.com.br para mudar para Conta Digital!

IMPOSTO TIM	ALÍQUOTA	BASE DE CÁLCULO	VALOR	FUST: R\$ 0,19	FUNTEL: R\$ 0,10
ICMS	30%	R\$ 29,19	R\$ 8,76		
PIS/COFINS - Serviços Telecom	3,65%				
PIS/COFINS - Serviços Não Telecom	4,65%				
PIS/COFINS - Serviços Não Telecom	9,25%				

Em atendimento à Lei 12.741/2012
As contribuições ao FUST [1%] e FUNTEL [0,5%] não são repassadas às tarifas

Informações Complementares - Plano(s) e Serviços de Valor Adicionado (SVA)

Incluídos no(s) Plano(s)

Franquia(s) R\$ 39,19

SVA R\$ 20,80

Desconto(s) Franquia(s) R\$ 0,00

Desconto(s) SVA R\$ 0,00

TIM

Para sua comodidade, cadastre sua conta em débito automático, em seu banco, utilizando o número de Identificação indicado neste boleto. Para mais informações, ligue para a central de atendimento TIM.

NOME DO CLIENTE

MARIA JOSE SOUZA MENEZES

IDENTIFICAÇÃO DE DÉBITO AUTOMÁTICO
00000000160911160019

MÊS DE REFERÊNCIA
SET/2018

DATA DE EMISSÃO
02/09/2018

DATA DE VENCIMENTO
20/09/2018

VALOR
R\$ 6,74

VIA BANCO

84650000000 - 1

06740109011 - 2

00350625034 - 3

80113852531 - 7

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Nº de identificação do documento: 3506250348



VOLPE MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA ME
CNPJ: 08.212.356/0001-09

CC: VOTORANTIM LARANJEIR.
Mensalista

Folha Mensal
Setembro de 2018

Código	Nome do Funcionário	CBO	Departamento	Folha
2267	ANDERSON SOUZA MENEZES	911305	2	1
MECANICO DE MANUTENCAO NIVEL I		Admissão: 02/03/2015		

Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos	
1	HORAS NORMAIS	220:00	1.827,70		
205	CESTA BASICA	80,00	80,00		
207	TRINIO	1,00	53,49		
214	AUXILIO TRANSPORTE	175,00	175,00		
8294	PARCELA DIFERENCA DE SALARIOS	91,24	91,24		
150	HORAS EXTRAS 50%	1:57	24,30		
200	HORAS EXTRAS 100%	10:25	173,13		
25	ADICIONAL NOTURNO (INFOR)	15:13	25,29		
218	VALE ALIMENTACAO PP	35,00		35,00	
998	I.N.S.S.	9,00		189,21	
52	MENSALIDADE SINDICAL	1,00		18,28	
8069	HORAS FALTAS PARCIAL	11:10		92,80	
216	VALE TRANSPORTE 1%	1,00		18,28	
			Total de Vencimentos	Total de Descontos	
			2.450,15	353,57	
BANCO ITAU 341 conta: 14045-3			Valer Liquido ➡	2.096,58	
Agência: 7811 -					
Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	FGTS do Mês	Base Calc. IRRF	Faixa IRRF
1.827,70	2.102,35	2.102,35	168,18	1.913,14	7,50

Declaro ter recebido a importância líquida discriminada neste recibo.

Assinatura do Funcionário

Data

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - SE Nº 013269036964
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 01031795321 R.N.T.R.C. 00000000000 EXERCÍCIO 2017

NOME ANDERSON SOUZA MENEZES

CPF/CNPJ 062.629.955-10 PLACA QKP5106

PLACA ANT/LUC QKP5106/SE CHASSI 9C2KC16B0FR552268

ESPÉCIE/PC PAS/MOTOCICLETA COMBUSTÍVEL ALCO/BASOL

MARCA/MODELO HONDA/CG150 FAN ESDI ANO FAB 2014 ANO MOD 2015

CAP. POT/CIL 2POLV/149CC CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA VENC COTA ÚNICA VENC COTAS

PAIXA/PVA PARCELAMENTO/COTAS 2*****
***** 3*****

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

SEGURO FADO REF AD EXERCÍCIO 2017

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTO DE PONTE OBRIGATORIO
SEM RESTRIÇÕES PARA TRANSFERENCIA

ARACAJU - SE LOCA 13/06/2017
Luz de Almeida Costa Neto
UNO (O PRESIDENTE)

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

SE Nº 013269036964 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2017 DATA EMISSÃO 12/06/2017

VIA ** CPF/CNPJ 062.629.955-10 PLACA QKP5106

RENAVAM 1031795321 MARCA/MODELO HONDA/CG150 FAN ESDI

ANO FAB 2014 CAT. TARE 9 Nº CHASSI 9C2KC16B0FR552268

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 81,29 DENATRAM (R\$) 9,03 CUSTO DO SEGURO (R\$) 90,32

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,18 IOF (R\$) 0,70 TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$) 185,50

PAGAMENTO COTA ÚNICA PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 12/06/2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

SHISLEY
CORRETORA

09 OUT. 2010

DPVAT/SE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 004392/2018

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 18/05/2018 11:41 Data/Hora Fim: 18/05/2018 12:17
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito
Data/Hora do Fato: 25/04/2018 18:00

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)
Logradouro: Avenida Engenheiro Gentil Tavares

Bairro: Getúlio Vargas
Nº: 1180
CEP: 49.052-000

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 - Caput - Veículo da LEI DOS CRIMES DE TRÂNSITO - CTB)	

ENVOLVIDO(S)

Nome: ANDERSON SOUZA MENEZES (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Aracaju Sexo: Masculino Nasc: 06/06/1995
Profissão: Mecânico Escolaridade: Ensino Médio Completo
Estado Civil: Solteiro(a)
Raça/Cor: Parda
Nome da Mãe: Maria José Souza Menezes Nome do Pai: Anselmo Andrade Menezes

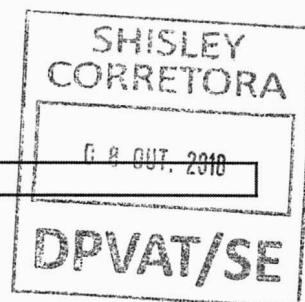
Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 062.629.955-10

Endereço

Município: Aracaju - SE
Logradouro: Rua Bolívia
Bairro: Cidade Nova
Telefone: (79) 99646-2362 (Celular)

Nº: 371
CEP: 49.070-080



Nome: JÉSSICA CARVALHO DA MOTA (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhão
Placa QMA2398	Número do Chassi 37969
Ano/Modelo Fabricação 2018/2017	Cor BRANCA
UF Veículo Sergipe	Município Veículo Aracaju
Marca/Modelo CHEVROLET/ONIX 1.4MT ACT	Modelo CHEVROLET/ONIX 1.4MT ACT
Veículo Adulterado? Não	Quantidade 1 Unidade



Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto
Impresso por: Claudionor Maurício Dos Santos
Data de Impressão: 18/05/2018 12:19
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2

PPe - Sistema de Procedimentos de Polícia

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assinadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 338-Denunciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."

Claudionor Maurício Dos Santos
 Responsável pelo Atendimento

Anderson Souza Menezes
 (Vítima / Comunicante)

ASSINATURAS

OBS: NÃO DESEJA REPRESENTAR CRIMINALMENTE, O CONDUTOR DO VEÍCULO CAUSADOR DO ACIDENTE, POIS O MESMO DEU TODA ASSISTÊNCIA E ARCOU COM OS DANOS MATERIAIS CAUSADOS EM SUA MOTOCICLETA.

RELATO/HISTÓRICO

RELATO O NOTICIANTE QUE NO DIA LOCAL E HORAS ACIMA CITADOS, CONDUZIA O VEÍCULO MARCA/MODELO: HONDA/CG 150 FAN ESDI, PELA AVENIDA ENG. GENTIL TAVARES, SENTIDO AV. DES. MAYNARD, FAIXA DA ESQUERDA, QUANDO UM OUTRO VEÍCULO MARCA/MODELO: GM/ONIX/BRANCO, QUE VINHA PELA RUA ESTANCIA SENTIDO LESTE/OESTE, INVADIU A PREFERENCIAL (AV. ENG. GENTIL TAVARES), SENTIDO AV. DES. MAYNARD, INSTANTE QUE PASSAVA O NOTICIANTE EM SUA MOTOCICLETA COLIDINDO DE FRENTE NA LATERAL DIREITA PARTE DIANTEIRA, COM O IMPACTO, MOTO E CONDUTOR CAÍRAM NA PISTA DE ROLAMENTO, SENDO QUE COM A QUEDA O NOTICIANTE SOFREU FRATURA EM UM DOS DEDOS DO PÉ ESQUERDO, SOFREU UMA PANCADA FORTE NO AMBRO ESQUERDO E NAS PARTES BAIIXAS(GENITALIAS), INFORMA QUE ATÉ HOJE ESSAS PARTES ESTÃO DOLORIDAS, CONDUZIDO PRA O HOSPITAL DO ESTADO (HUSE) POR UMA AMBULÂNCIA DO SAMU. A MOTOCICLETA TEVE DIVERSOS DANOS, QUE AO SER VERIFICADOS PELA SEGURADORA DA PROPRIETÁRIA DO GM/ONX, ALEGOU PERDA TOTAL.

Nome Envolvido		Anderson Souza Menezes	
Situação Envolvido		Proprietário	
Veículo Adulterado?		Não	
Marca/Modelo		HONDA/CG150 FAN ESDI	
UF Veículo		Sergipe	
Ano/Modelo Fabricação		2015/2014	
Placa		QKP5106	
Grupo Veículo		Subgrupo Motocicleta/Motoneta	
Número do Chassi		9C2KC1680FR552268	
Cor		VERMELHA	
Município Veículo		Aracaju	
Modelo		HONDA/CG150 FAN ESDI	
Quantidade 1 Unidade			
Nome Envolvido		Jéssica Carvalho da Mota	
Situação Envolvido		Proprietário	

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 004392/2018

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Anderson Souza Menezes
DATA DA ENTRADA: 25/04/18
DATA DA SAÍDA: 26/04/18

INTERNAMENTO: PS (☒) ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente vítima de acidente de trânsito trazido pelo SAMU sob protocolo de imobilização negando emble ou perda de consciência. Negando cefaleia. Ao exame: vias aéreas permeáveis, expiradas, Glasgow 15, pele estável, sem limitação de movimentos. Queixa de dor em região ígmo-crural e em segundo pododáctilo. Paciente após radiografias recebe diagnóstico de fratura na falange proximal do segundo artelho e optado por tratamento conservador.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

— Sem —

EXAMES COMPLEMENTARES:

Radiografias

SHISLEY
CORRETORA

09 OUT. 2018

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. José Inácio Souza Tavares
Dr. Marcos Kroeger
Dra. Luciana Horta Góes
Dr. João Ferreira Alves

DPVAT/SE

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO () TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 25 de maio de 2018

Telma Lucia Matos Sousa
Médica - CRM: 1567

Telma Lucia Matos Sousa
MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

OBS C Cuel
12/04/2018No. DO BE: 1713547
CNS:DATA: 25/04/2018
SETOR: 06-SUTURA

HORA: 18:57

USUARIO: ELMENEZES

Faturado
OS - Adulto

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : ANDERSON SOUZA MENEZES DOC...:
IDADE.....: 22 ANOS NASC: 06/06/1995 SEXO...: MASCULINO
ENDEREÇO.....: RUA BOLIVIA NUMERO: 371
COMPLEMENTO....: 708404206806868 BAIRRO: CIDADE NOVA
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP....: 49000-000
NOME PAI/MAE...: ANSELMO ANDRADE MENEZES /MARIA JOSE SOUZA MENEZES
RESPONSÁVEL....: A MAE TEL....: 79-99912-5882
PROCEDENCIA...: ARACAJU - CAPITAL
ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: SIM
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [X] mmHg] PULSO: []] TEMP.: []] PESO: []]

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ____/____/____

Paciente vítima de acidente moto-cano ocorrido pelo SPHU no protocolo. Pego imerso e perdido de consciência
a - negro cervical, com sinais físicos. B - supineto, 10 minutos em ambos hemisférios. C - com edema cap. D -
glorioso 15. E - sem pulso radial, sem dor de cabeça, de movimento nos membros superiores e inferiores, dor em

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM: após ingesto de 1 e 2: não produzidos

e Pego abrigado

FARMACOTERAPIA:

CID:

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

① Propofol 100 mg + 100 mg SF IV

② Rodopropil de base paracetamol

③ Rodopropil de base AP e perfil

④ Rodopropil de base AP + Rodopropil de base paracetamol (2 doses)

DATA DA SAÍDA: ____/____/____

HORA DA SAÍDA: ____:____

DECISÃO MÉDICA [] A PEDIDO [] EVASÃO [] DESISTÊNCIA

ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNAÇÃO NO PRÓPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERÊNCIA (UNIDADE DE SAÚDE):

ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMÍLIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA E CARIMBO DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO

→ RX do ombro esquerdo AP/perfil

→ RX de Bacia - AP

→ RX do pé esquerdo AP-obliquo

25/04/18
19:47 HORAS

RADIOLOGIA

Dr. José Inácio Souza Tavares
Cirurgia Geral CRM 12472

Ortopedia - recebi retorno do paciente
de modo satisfatório. No fim de tudo

0000L - pela cirurgia geral: observar por 12 horas

Dr. Antônio de Almeida Costa Filho
CRM - 1000
LEDORE ORTOPEDIA - HUSF

Marcelo Krooge
CRM-SE 1993
CFT - HUSF

26/04/18 11:00 Lab Cirurgia Geral.

Leto sem feridas. Abere e diário:
sem diário

Dr. Plb Hipertensão

26/04/18 - Pela Ortopedia

Dr. Luciana Góis
Cirurgia Geral
CRM 2083

fratura na falange proximal do 2º dedo PSN
passível a fto e a ser
C-10 do outro tipo e fto

João Ferreira Alves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-SE 2.486.580/10.634

(cy) Pspand - 11/11/18
outro e sem
ANALISE e sem
tipos simples 1. PSN



Sua saúde em primeiro lugar !

Paciente: 283.361 - ANDERSON SOUZA MENEZES
Convênio: PARTICULAR
Data: 21/05/2018
Idade: 22a 11m 15d

RELATÓRIO DA ULTRASSONOGRAFIA DO OMBRO ESQUERDO

O estudo ecográfico do ombro esquerdo revelou:

Tendão da cabeça longa do biceps de calibre, contornos e textura normais.

O tendão se localiza no sulco intertuberositário, sem sinais de luxação, mesmo com a manobra da rotação externa.

Manguito rotador de configuração anatômica.

Ausência de sinais de rotura ou derrame articular.

Bursa sub-acromial e sub-deltaidea de espessura normal.

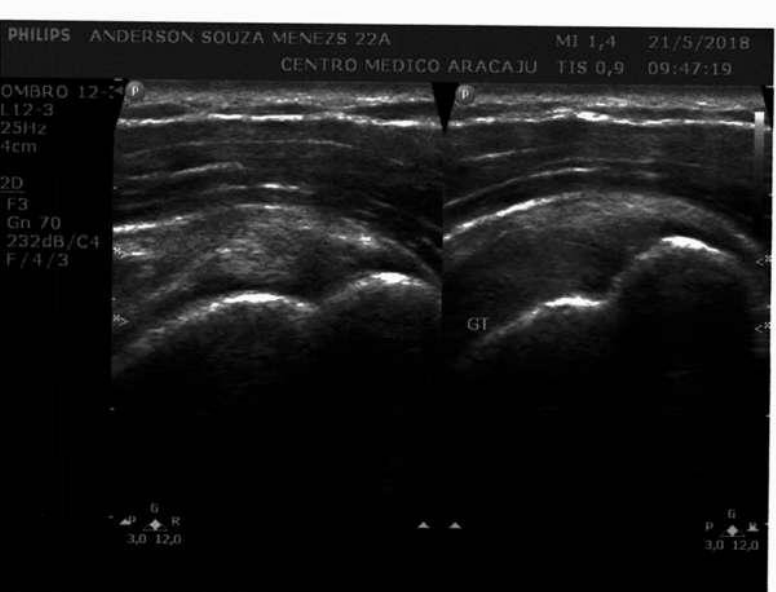
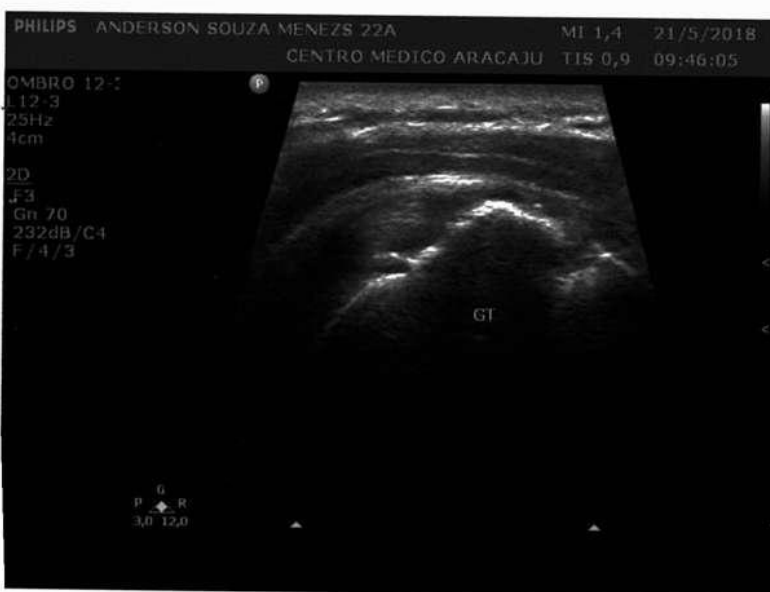
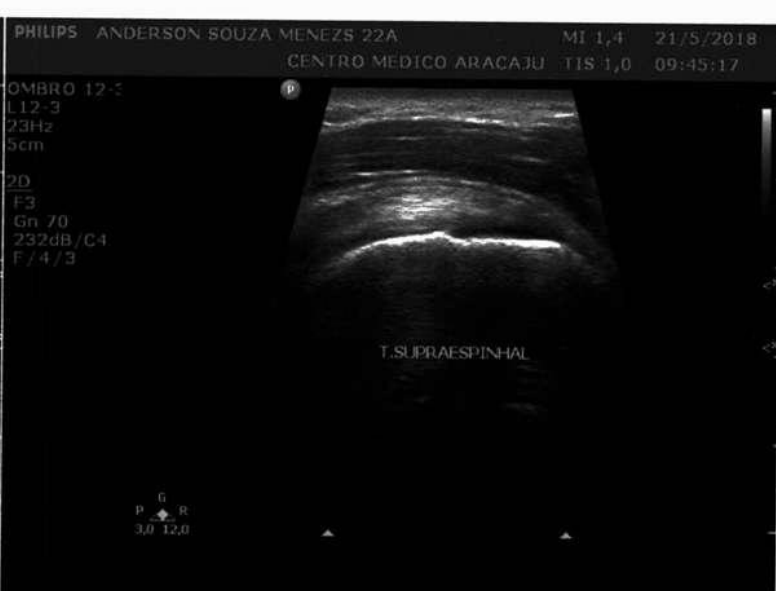
Musculatura adjacente sem alterações ecográficas.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

- Órgãos e estruturas ecográficas sem alterações significativas.

Achado adicional: Irregularidade óssea no grande tubérculo umeral compatível com fratura.

DR. FABIO DE MELO BRUM SILVEIRA
CRM 2470-SE



- Cardiologia
- Clínica Geral
- Dermatologia
- Endocrinologia
- Fisioterapia
- Fonoaudiologia
- Gastroenterologia
- Ginecologia e Obstetrícia
- Mastologia
- Medicina do Trabalho
- Medicina Estética
- Neurologia
- Ortopedia
- Oftalmologia
- Otorrinolaringologia
- Odontologia
- Pediatria
- Psiquiatria
- Psicologia
- Psiquiatria

Anderson Souza Mendes

JAN. 06 06 1995

AC- 2504218 16005,

NAINT DO 1= 2= PDD. PE E

Apr 20 ~~Ch~~gnal

Tuberculosis Area E

Quid e non

11.0 SMC Co. Inc.

2. A/A

→ Risk-Free Rate: Present value of money over time

→ Pol. Fall Rechte May der für mich
so nicht

→ Purafer  Purafer Purafer Purafer

→ *Revista da Clínica* *Senhora Santana*

Clínica Senhora Santana

- AMIL
- CAPESESP
- CASSE
- CASSI
- IAPVIDA
- IPESAÚDE
- NORCLINICAS
- PLAMED
- UNIMED

• Av. Francisco Figueiredo, 1310 - Centro - Aquidabã - SE (79) 3341.2030

• Praça José Sampaio, 31 - Centro - Carmópolis - SE (79) 3277.1018

www.clinicasenhorasantana-se.com



RELATÓRIO ESPECIALIZADO

Avaliação de perda funcional e Invalidez permanente, pós tratamento das vítimas de acidente do trânsito.

Número do sinistro

Nome do paciente: *ANDERSON SOUZA ALMEIDA*

Data de nascimento: *06/06/1975*

Data do início do tratamento / Acidente *25/04/2018 m 1600h.*

1 - Diagnóstico / Causas básicas:

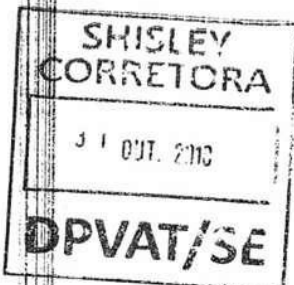
*PRENHE VITIMA DE GOLPE DE FRENTE, TUMOR CERVICAL E OVIDAR
POSO CORPO RUMOR 1º GRAU EM LIGAMENTO LOMBO
APÓS LERDA POR O HOS. RUMOR PÂNCRAS DO CUBA
MULTIEXPLOR. POR RUMOR RUMOR QUE CUMPR. FIM.
DO 1º 2º DO OVIDAR DO RE CUBA. E FIM DO TUBEROSOM.
DO OVIDAR CUBA. OVIDAR FIM. FIM. TUBEROSOM OVIDAR DO
FIM.*

2 - Data / Tratamento Realizado:

*25/04/2018.
PÓS FIM DO TUBEROSOM OVIDAR DO FIM. COM APORTE
LIGAMENTO TUBEROSOM FIM. MISE/MIE. RUMOR DO HOS.
APÓS FIM DO OVIDAR POR FIM DO OVIDAR DO TUBEROSOM
DO RUMOR DO HOS. C17 542-2 59200*

3 - Data / Exames Complementares / Resultados:

*25/04/2018
RX DO CUBA E DO FIM DO OVIDAR E
RX DO RE CUBA II FIM DO 1º 2º PD*



30/10/2018

Data

*Renato Teixeira CRM 1460
Ortopedia e Traumatologia*

Assinatura e Carimbo

4 - Hospitais / Serviços / Prestou atendimento:

25.04.2018 1º ATENDIMENTO NO LOPPE NO LOPPE
2º ATENDIMENTO NO HUSE

5 - Descrição das perdas funcional / Invalidez permanente / Pós-tratamento realizados:

- Perda de Tração por parte do Arco de Movimento a Ombro e Mão
- Perda de Tração por parte do Arco de Movimento a Mão
- Perda de Tração de Flexão e de Extensão do Cotovelo
- Perda de Tração por parte do Arco de Movimento a Mão
- Perda de Tração por parte do Arco de Movimento a Mão

6 - Alta definitiva do tratamento:

1 09.07.18. Em MIE/MIE no futuro.

7 - Data do Exame do Paciente

1 30.10.2018

8 - Segue Exame Anexo

9 - Médico responsável pela avaliação após análise da documentação do primeiro atendimento médico / Internação hospitalar / Histórico do paciente / Exame Físico / Exames Complementares:

Nome do Médico Renato Teixeira		Nº do CRM 1450	Fone: (079) 3211-5368
Endereço Rua Itaporanga, Bairro Getulio Vargas	Número 598	Cidade Aracaju	Estado Sergipe

Atenção: As sequelas das lesões sofridas só poderam ser determinadas após decorridos 60, 90, 180 e 1 ano ou mais tempo da alta definitiva

30/10/2018
Data

[Assinatura]
Assinatura e Carimbo

2 Consultório de Ortopedia e Traumatologia Dr. Renato Teixeira.
Rua Itaporanga, 598 - CEP: 49055-330, Aracaju - SE, Telefones: (079) 3211-5368 / 9817-5139 / 8848-2270

SINISTRO 3180515775 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANDERSON SOUZA MENEZES

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SHISLEY

NUNES CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA

BENEFICIÁRIO ANDERSON SOUZA MENEZES

CPF/CNPJ: 06262995510

Posição em 23-11-2018 16:13:28

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise do seu processo.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600610

DATA:

24/04/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

{Via Movimentação em Lote nº 201900031}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU

Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470

Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600610

DATA:

25/04/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Cls. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição e, embora a parte autora indique na peça desinteresse, mesmo assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no art. 334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado. Aracaju/SE, 24 de abril de 2019.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940600610 - Número Único: 0020989-90.2019.8.25.0001

Autor: ANDERSON SOUZA MENEZES

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Cls.

Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, **defiro o pedido de justiça gratuita**, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil.

A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição e, embora a parte autora indique na peça desinteresse, mesmo assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, **DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação** diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC.

Cite-se e intime-se a répara comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (**art. 334, §§ 5º e 6º, CPC**).

Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (**art. 335, caput inciso I, do CPC**).

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (**art. 334, § 4º do CPC**), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (**art. 335 do CPC**).

Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (**art. 334, §8º, do CPC**).

Ficam as partes advertidas de que **o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC)** e que poderão

constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (**art. 334, §10, do CPC**).

Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no **art.334, capute § 3º, do CPC**, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado.

Aracaju/SE, 24 de abril de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA DE ALMEIDA BAYMA VALDIVIA, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em 25/04/2019, às 10:42:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001000563-42**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600610

DATA:

26/04/2019

MOVIMENTO:

Audiência

DESCRIÇÃO:

Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 30/05/2019, às 07h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 03.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600610

DATA:

26/04/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico que, confeccionei mandado de citação de nº 201940602180.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU
Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201940600610

DATA:

26/04/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201940602180 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Fórum Gumersindo Bessa, Av. Tancredo Neves, S/N
Bairro - Capucho Cidade - Aracaju
Cep - 49080-901 Telefone - 3226-3508

Normal(Justiça Gratuita)



201940602180

PROCESSO: 201940600610 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0020989-90.2019.8.25.0001
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: ANDERSON SOUZA MENEZES
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: CIs. Por se presumirem verdadeiras as alegações de hipossuficiência deduzidas por pessoa natural, bem como por não verificar nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil. A petição inicial encontra-se em conformidade com o artigo 319 do CPC, não é caso de improcedência liminar do(s) pedido(s) e o direito que baseia a pretensão não veda a autocomposição e, embora a parte autora indique na peça desinteresse, mesmo assim, nos termos do disposto no art. 334, §4º, I, do CPC, DETERMINO que a Secretaria providencie data para realização da audiência preliminar de conciliação diretamente no Sistema de Controle Processual. Ressalto que não se faz mais necessária a remessa dos autos, uma vez que ocorrerá migração do Sistema do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para o Sistema de Controle Processual (SCP), devendo a Secretaria providenciar a data de realização da audiência diretamente na pauta do CEJUSC. Cite-se e intime-se a ré para comparecer à aludida audiência, ficando cientes que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverão informar a este Juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato, sendo obrigatória a manifestação de todos os litisconsortes (art. 334, §§ 5º e 6º, CPC). Em havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta, que será de 15 (quinze) dias, iniciar-se-á no dia seguinte à audiência (art. 335, caput e inciso I, do CPC). Na hipótese de não haver audiência por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição (art. 334, § 4º do CPC), o prazo para resposta terá como termo inicial o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231 do CPC (art. 335 do CPC). Observem as partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerada ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, do CPC). Ficam as partes advertidas de que o comparecimento para a audiência de conciliação acompanhadas de advogados é obrigatório (art. 334, §9º, do CPC) e que poderão constituir representante com poderes para negociar e transigir, desde que por meio de procuração específica (art. 334, §10, do CPC). Intimem-se as partes e patronos, observando a escrivania o disposto no art. 334, caput e § 3º, do CPC, que determina a citação da parte requerida com pelo menos 20 dias de antecedência da audiência designada, bem como que a intimação da parte autora deverá ser realizada na pessoa de seu advogado. Aracaju/SE, 24 de abril de 2019.

Data e horário da audiência: 30/05/2019 às 07:45:00, **Local:** Audiência de Conciliação/Mediação - Art 334 do CPC designada para o dia 30/05/2019, às 07h:45min, a ser realizada no(a) Fórum Gumersindo Bessa, na sala de audiências do CEJUSC PROCESSUAL: [PR FGB] Pauta Conciliação PROCESSUAL 03.

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, 74

Bairro: CENTRO

CEP: 20010000

Cidade: RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, 74

Bairro: CENTRO

CEP: 20010000

Cidade: RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **Joana Darc Bruno Correia, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**, em **26/04/2019, às 12:01:53**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001016414-06**.